

## ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

### PARECER JURÍDICO Nº 015/2024.

**REQUISITANTE:** COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – PMPL.

**ASSUNTO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS VOLTADOS PARA ENCONTROS E EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LAURENTINO-PI.

**REF.:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024/PMPL.

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. OBJETO DE NATUREZA COMUM. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS VOLTADOS PARA ENCONTROS E EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LAURENTINO-PI. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. POSSIBILIDADE DE FORNECIMENTO EM CARÁTER CONTÍNUO. EMBASAMENTO LEGAL, LEI 14.133/2021, DECRETO FEDERAL 10.024/2019.

### 1) RELATÓRIO.

Versam os autos sobre requerimento da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino-PI, que trata da possibilidade de realização de certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, Nº 008/2024/PMPL**, que tem como objeto o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo pertinente, para execução dos serviços de locação de estruturas e equipamentos voltados para encontros e eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino-PI.**

Junto aos autos, constam o Estudo Técnico Preliminar em face do objeto, assim como a respectiva cotação de preços e o termo referencial, explanando as definições específicas do pedido.

Também constas nos autos, as respectivas cotações (proposta de preços) encaminhada por empresas do ramo, com o objetivo precípuo de estabelecer os valores referenciais do futuro procedimento.

Foram encaminhados os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de consequente parecer.

Em síntese,   o relatório. Passaremos ao mérito.

## 2) DO PARECER JURÍDICO.

A presente manifesta o jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados.

Ela envolve, também, o exame prévio dos textos de editais, de minutas de contratos e de seus anexos, quando for o caso.

A fun o da Consultoria   apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precau o recomendada.

Nestes termos, importante salientar, que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em rela o a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequa o às necessidades da Administra o, observando os requisitos legalmente impostos.

Nesse sentido vale lembrar que o Enunciado n  07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU recomenda que **"o  rg o Consultivo não deve emitir manifesta es conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomenda es sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situa o jurídica existente que autoriza sua manifesta o naquele ponto"**.

De fato, presume-se que os estudos técnicos contidos no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento de seu objeto, suas características e requisitos, tenham sido regularmente determinados pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecua o do interesse público.

Por fim, com rela o   atua o desta Assessoria Jurídica,   importante informar que, embora as observa es e recomenda es expostas não possuam caráter vinculativo, constituem importante instrumento em prol da segurança da autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariiedade que lhe   conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais pondera es, ressaltando-se, todavia, que o seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administra o.

Passando para a análise do caso concreto, consta nos autos que a Secretaria Municipal da Saúde, visando sua organiza o administrativa, solicitou a formaliza o de registro de preço em face do objeto "fornecimento de fármacos", justificando que sua demanda atual,

assim como a futura, poderá ser comprometida, caso não haja uma contrata o ou um registro de preços, que lhe d  confiança em gerir de forma coesa e eficaz, as demandas de sua pasta administrativa.

Sobre o instituto registro de preços, a Lei 14.133/2021, traz a seguinte normativa, vejamos:

*Art. 82. O edital de licita o para registro de preços observar  as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:*

*I - as especificidades da licita o e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;*

*II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;*

*III - a possibilidade de prever preços diferentes:*

*a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;*

*b) em razão da forma e do local de acondicionamento;*

*c) quando admitida cota o variável em razão do tamanho do lote;*

*d) por outros motivos justificados no processo;*

*IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;*

*V - o critério de julgamento da licita o, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;*

*VI - as condi oes para altera o de preços registrados;*

*VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contrata o de acordo com a ordem de classifica o;*

*VIII - a veda o   participa o do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;*

*IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.*

*  1  O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudica o por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e*



Prefeitura Municipal  
**PEDRO  
LAURENTINO-PI**  
UNIDOS CONSTRUIREMOS UMA NOVA HISTÓRIA



*econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.*

*§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos [§§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei](#), a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.*

*§ 3º É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:*

*I - quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores;*

*II - no caso de alimento perecível;*

*III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.*

*§ 4º Nas situações referidas no § 3º deste artigo, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.*

*§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:*

*I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;*

*II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;*

*III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;*

*IV - atualização periódica dos preços registrados;*

*V - definição do período de validade do registro de preços;*

*VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.*

Considerando que a minuta de edital estabeleceu todas estas condicionantes, verifico que até aqui, em relação a este ponto, os ditames legais foram devidamente cumpridos e anexados.



Prefeitura Municipal  
**PEDRO  
LAURENTINO-PI**  
UNIDOS CONSTRUIREMOS UMA NOVA HISTÓRIA



Em face da modalidade licitatória escolhida, a Lei 14.133/2021, em seu artigo 28, assim estabelece as modalidades de licitação, senão, vejamos:

Art. 28. São modalidades de licitação:

**I - pregão;**

II - concorrência;

III - concurso;

IV - leilão;

V - diálogo competitivo.

Conforme consta nos autos, a pasta requerente solicita a modalidade Pregão em sua forma eletrônica e também na forma de registro de preços, solicitando como base legal a Lei 14.133/2021, uma vez que requer, também, a possibilidade de o contratado ser utilizado na forma de "fornecimento contínuo".

Como visto acima, a Lei 14.133/2021, veio substituir a Lei 8.666/93 e também a Lei 10.520/2002, conhecida como a lei que instituiu a modalidade Pregão.

Uma vez que a nova lei de licitações abarcou este procedimento em seu bojo, classificando e delineando as novas modalidades licitatórias, não vejo óbice para a utilização desta modalidade, uma vez que o objeto solicitado encontra-se na categoria de objetos de uso comum, com padronização usual de mercado.

Consta também, nos autos, que a pasta solicitante manifesta-se pela utilização desta modalidade licitatória em sua forma eletrônica. Em relação a este ponto, verifico que para a utilização desta forma de operacionalização, deve-se conduzir o certame por meio do Decreto Federal 10.024/2019, que assim estabelece:

*Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:*

*I - estudo técnico preliminar, quando necessário;*

*II - termo de referência;*

*III - planilha estimativa de despesa;*

*IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;*

*V - autorização de abertura da licitação;*

*VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;*

*VII - edital e respectivos anexos;*

*VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;*

*IX - parecer jurídico;*

Em síntese, verifico que nos autos estão presentes todos os anexos acima elencados, os quais, não menos importante, encontra-se o estudo técnico preliminar, o qual determina de forma clara e inequívoca, toda a preparação e organização da pasta, em relação a sua demanda e necessidade.

No tocante a possibilidade de um "contrato de fornecimento contínuo", também vislumbro esta possibilidade, uma vez que os arts. 6º e 107º da Lei 14.133/2021, assim estabelecem:

Art. 6º Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XV - serviços e **fornecimentos contínuos**: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

Art. 107. Os contratos de serviços **e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal**, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

É imperioso lembrar, que o fornecimento de equipamentos e materiais permanentes, são necessários para manter o pleno funcionamento dos ambientes, e que sua utilização praticamente é utilizada durante todo o ano. Por esta razão, fica evidente que a sua necessidade em todo o exercício financeiro e seguintes, remonta a sua importância para um fornecimento em caráter de continuidade.

Nestes termos, o prolongamento deste contrato, poderá garantir à administração maior tranquilidade em suas atividades, além de considerar que sua ausência ou cessação, poderá causar prejuízos enormes à higienização das repartições público durante todo o ano.

Por esta razão, considerando que a Lei 14.133/2021, nos artigos acima citados, possibilitam esta forma de contratação, por isso, entendemos ser possível estabelecer tal forma contratual.

Em face da minuta contratual, verifico que nela estão presentes as exigências legais contidas nos artigos 89 a 95 da Lei 14.133/2021.

### 3) CONCLUSÃO.

Em face de todo o exposto, considerando o que foi apresentado nos autos, opino pelo prosseguimento do feito, reconhecendo que o pedido e a documenta o apresentada estão de acordo com as exigências legais contidas no Decreto Federal 10.024/2019, Lei 14.133/2021.

Este   o parecer, salvo melhor juízo.

Pedro Laurentino (PI), 13 de março de 2024.



Dr. Ulisses Lopes Mendes  
OAB/PI 12.143

---

**Ulisses Lopes Mendes**  
**OAB PI 12.143**  
**Assessor Jurídico**